

CADERNO DE ENCARGOS¹

ÍNDICE

1ª.	Objeto	3
2ª.	Prazo do contrato	3
3ª.	Obrigações principais do adjudicatário	4
4ª.	Local e condições da prestação de serviços	5
5ª.	Preço contratual	5
6ª.	Condições de pagamento	6
7ª.	Proteção de dados pessoais	7
8ª.	Penalidades contratuais	9
9ª.	Dever de sigilo	10
10ª.	Força maior	10
11ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante	11
12ª.	Resolução por parte do adjudicatário	11
13ª.	Foro competente	11
14ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual	11
15ª.	Comunicações e notificações	12
16ª.	Execução do contrato	12
17ª.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato	12
18ª.	Legislação aplicável	12
ANEXO I – Especificações Técnicas		13
1.	Âmbito do procedimento	13
2.	Requisitos mínimos por tipologia de serviço	13
3.	Serviços extraordinários	15
4.	Prazos de resposta	15
5.	Recursos Humanos	16

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

6.	Rotatividade dos Recursos Humanos	16
7.	Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação	17
8.	Patentes, licenças e marcas registadas	19
9.	Verificação dos serviços pela entidade adjudicante	19
10.	Preços unitários máximos por tipologia de serviços de segurança e respetivos ponderadores por lotes	19
ANEXO II – Locais e quantidades estimadas para a prestação de serviços.....		20

Cláusulas

1ª. Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, serviços de Ligação a Central de receção e Monitorização de Alarmes (LCMA) e serviços de Ronda Móvel (RM)**.
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, melhor identificados no presente Caderno de Encargos:
 - Lote 1 – Serviços de vigilância e segurança humana - Espaços relacionados com atividade cultural e protocolar;**
 - Lote 2 – Serviços de vigilância e segurança humana - Parques Urbanos;**
 - Lote 3 – Serviços de vigilância e segurança humana - Parques de estacionamento;**
 - Lote 4 - Serviços de vigilância e segurança humana - Cemitérios e centro de recolha oficial de animais e viveiros;**
 - Lote 5 - Serviços de vigilância e segurança humana - Edifícios Administrativos;**
 - Lote 6 - Serviços de vigilância e segurança humana - Restantes espaços municipais ou afetos à atividade municipal e armazéns;**
 - Lote 7 – Serviços de Ligação a Central de receção e Monitorização de Alarmes (LCMA);**
 - Lote 8 – Serviços de Ronda Móvel (RM).**
3. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), **adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1 a 8 (doravante designado por Lote Combinado)**, celebrando um contrato para a totalidade dos lotes individualmente considerados.

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo máximo de 18 (dezoito) meses**, a contar da data nele aposta, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato não pode iniciar a sua vigência nem produzir quaisquer efeitos antes de 07/10/2021, exceto se o valor do contrato atualmente em vigor, com o mesmo objeto contratual (CPI/7/2017/DMC), for consumido antes dessa data. Prevê-se que

o atual contrato atinja o preço contratual e termine a sua vigência durante o mês de dezembro de 2020.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1 alínea a) e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais, aplicáveis a cada um dos lotes individuais, bem como ao lote combinado, identificados na cláusula primeira:
 - a. Prestar os serviços objeto do contrato de acordo com as especificações técnicas e requisitos mínimos constantes do Anexo I do presente documento.
 - b. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. O adjudicatário deverá prever na sua proposta planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
4. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Local e condições da prestação de serviços

1. Os serviços serão prestados em instalações propriedade do Município do Porto ou afetas à sua atividade, circunscrevendo-se sempre aos limites do Concelho do Porto.
2. A entidade adjudicante, reserva-se o direito de alterar, diminuir ou aumentar, o(s) local(ais) da prestação de serviço, identificados no Anexo II do presente caderno de encargos, bem como o n.º de ligações à central de receção e monitorização de alarmes em consequência de eventual(ais) alteração(ões) operada(s) nos seus serviços, quer por encerramento, por alteração de gestão, aquisição e/ou ocupação de novos espaços municipais, quer por necessidade de vigilância em espaços temporários e /ou móveis.
3. A diminuição do n.º de horas para os serviços de vigilância e segurança humana e para os serviços de ronda móvel, bem como a supressão de serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes, não confere à entidade contratada qualquer direito, nomeadamente, para efeitos de pagamento, ressarcimento ou indemnização.

5ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os **preços unitários, por lote, constantes da proposta adjudicada**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual de cada um dos lotes **não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem IVA):
 - a. Lote 1 – **854 843,81 €**
 - b. Lote 2 – **913.477,79 €**
 - c. Lote 3 – **1.033.953,96 €**
 - d. Lote 4 – **558.244,10 €**
 - e. Lote 5 – **553.286,76 €**
 - f. Lote 6 – **147.525,22 €**
 - g. Lote 7 – **2.451,24 €**
 - h. Lote 8 – **123.647,40 €**
 - i. Lote Combinado – **4.187.430,28 €**
3. O preço contratual de cada um dos lotes referido no número anterior resulta do somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivas.

4. Os preços unitários máximos, sem IVA, propostos em cada um dos lotes, incluindo o lote combinado, não podem em caso algum ser superiores aos constantes no **n.º 10 do Anexo I do presente caderno de encargos**.
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. Sempre que, no decurso da execução do contrato para aquisição dos serviços aqui em causa, se verifique uma revisão das tabelas salariais do contrato coletivo de trabalho (CCT), para a categoria profissional de vigilante, os preços unitários objeto de adjudicação serão, obrigatoriamente, revistos.
7. A percentagem exata a aplicar na revisão de preços, será aquela que resultar do impacto que a revisão das tabelas salariais tiver sobre a componente salarial e encargos dos preços unitários, tendo por base e limite máximo a percentagem aplicada na referida alteração e publicada no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE).
8. A revisão de preços fica, porém, condicionada à comunicação escrita do adjudicatário ao adjudicante, devidamente fundamentada, entrando em vigor nos termos previstos no referido boletim.

6ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA² e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA³, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Para efeitos do número anterior as obrigações consideram-se vencidas mensalmente.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Polícia Municipal do Porto**, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda, o respetivo

² Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

³ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

número sequencial de compromisso, a identificação do lote a que os serviços dizem respeito, e respetivos locais e o n.º de horas efetivamente consumidas.

5. Nos termos do artigo 9.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
6. Nos termos do artigo 9.º n.ºs 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas⁴ e até 31 de dezembro de 2021 para as microempresas, definidas nos termos do Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 69, de 7 de abril de 2020 Pág. 11-(3) Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.
7. As faturas eletrónicas devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrónico: forneecedores.saphety@saphety.com
8. Sem prejuízo do disposto do número anterior poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

7ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional

⁴ De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros

- de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
 - f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
 3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
 4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

8ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento dos tempos de resposta, previstos no n.º 4 do Anexo I do presente caderno de encargos, até 0,01% do preço contratual dos lotes 1,2,3,4,5,6,8 e combinado e 1% do preço contratual do lote 7, por cada período adicional de tempo, em minutos, correspondente ao limite ultrapassado, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;
 - b. Pelo incumprimento dos prazos de resposta, previstos no n.º 7 do Anexo I do presente caderno de encargos, até 0,02% do preço contratual dos lotes 1,2,3,4,5,6,8 e combinado e 2% do preço contratual do lote 7, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;
 - c. Pelo incumprimento de qualquer cláusula ou especificação técnica regulada no Anexo I, a entidade exigirá até 0,01% do preço contratual do lote.
 - d. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço contratual do lote;
 - e. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

9ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

10ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

11ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

12ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

13ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

14ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

15ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

16ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

17ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega a competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.
3. A fiscalização será responsável pela medição e avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com a cláusula 3.ª e respetivo Anexo I do presente caderno de encargos.

18ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO I – Especificações Técnicas

1. Âmbito do procedimento

- a. O presente procedimento visa dotar as instalações propriedade do Município do Porto ou afetas à sua atividade, de serviços de segurança, divididos por lotes.
- b. Sendo que temos 3 tipologias de serviços distintos:
 - a. Vigilância e segurança humana;
 - b. Ligação a central de receção e monitorização de alarmes;
 - c. Serviços de ronda móvel.
- c. No caso da vigilância e segurança humana, será afeto a cada lote, uma componente de serviços extraordinários, conforme definido no ponto 3 do presente Anexo, para fazer face a situações não programadas.

2. Requisitos mínimos por tipologia de serviço

1. Serviços de Vigilância e Segurança Humana (VH)

No caso dos serviços de vigilância e segurança humana, o adjudicatário deve cumprir, os **seguintes requisitos mínimos**:

- a. Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
- b. Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adjudicante;
- c. Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- d. Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV⁵, entre outros;
- e. Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das mesmas;
- f. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
- g. Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- h. Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;

⁵ CCTV – circuito fechado de televisão

- i. Inspeccionar regularmente o estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- j. Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- k. Realizar, no início e no final do horário de cada dia, a ronda de serviço no interior da instalação;
- l. Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
- m. Elaborar e divulgar as normas técnicas de serviço ao seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adjudicante;
- n. Nas instalações onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o adjudicatário deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio.

2. Serviços de Ligação a Central de Receção e Monitorização de Alarmes (LCMA)

No caso dos serviços de Ligação a Central de Receção e Monitorização de Alarmes, o adjudicatário deve cumprir, os **seguintes requisitos mínimos**:

- a. Possuir **equipamento e software de gestão de alarmes** que execute os registos automáticos das horas de receção de alarmes bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado;
- b. Monitorizar os sistemas de televigilância, alarme de deteção de incêndio e intrusão das instalações da entidade adjudicante e o bom funcionamento da ligação e respetivos equipamentos;
- c. Garantir a prestação de serviços remotos de manutenção, manuseio e confirmação do bom funcionamento dos equipamentos;
- d. Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas registadas;
- e. Guardar as chaves das instalações;
- f. Garantir o cumprimento do procedimento, no caso de receção de alarme, em que o operador deve:
 - i. Efetuar chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção e verificar a natureza do alarme;
 - ii. No caso de não ser obtida qualquer resposta à chamada de retorno, enviar ao local um piquete de ronda móvel, munido das chaves das instalações, para efeitos de identificação do acontecimento desencadeador do alarme;
 - iii. No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contactar as autoridades policiais.

3. Serviços de Ronda Móvel (RM)

No caso dos serviços de Ronda Móvel, o adjudicatário deve cumprir, os **seguintes requisitos mínimos**:

- a. Efetuar o serviço, através de uma ronda diária, **a funcionar 24 horas, todos os dias do ano**, pelas diversas propriedades do Município, dentro dos limites do Concelho do Porto, sendo definidos os

locais e a frequência de passagem da mesma no decorrer da execução do contrato em função das necessidades ou ocorrências, conforme indicações por parte da entidade adjudicante;

- b. Realizar o serviço de Ronda Móvel em viatura do adjudicatário;
- c. Sinalizar situações de risco ou de risco potencial que deverão ser prontamente comunicadas à entidade adjudicante;
- d. Em caso de ativação de alarme, poderá ser solicitada a deslocação ao local, do serviço de ronda para verificar a ocorrência com vista à sua resolução;
- e. O serviço de ronda móvel deve ser assegurado por equipas constituídas **no mínimo por 1 vigilante**.
- f. No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contactar as autoridades policiais.

3. Serviços extraordinários

- 1. O adjudicatário deverá disponibilizar, a pedido do Município do Porto, **pelo menos 2 vigilantes** para a prestação de serviços extraordinários.
- 2. Para a realização de serviços extraordinários, o adjudicatário obriga-se a manter os preços apresentados na sua proposta, para cada tipologia de serviços objeto do contrato, durante o seu período de vigência.
- 3. Estima-se que os serviços mencionados no número anterior correspondam a cerca de 5,02% do preço contratual total do lote combinado, sendo que para cada lote individual terá uma afetação de acordo com as quantidades estimadas no **Anexo II, ponto H** do presente caderno de encargos.

4. Prazos de resposta

Para além do disposto nos números anteriores, o adjudicatário obriga-se ainda a garantir:

- 1. Para os Serviços de Vigilância e Segurança Humana (VH):
 - a. Cumprimento de horários:
A colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários que venham a ser contratados e eventuais situações extraordinárias, sempre circunscritas aos limites do Concelho do Porto;
 - b. Substituição de pessoal:
 - i. Não substituir pessoal sem aprovação prévia da entidade adjudicante salvo em casos de emergência;
 - ii. Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da entidade adjudicante, no **período máximo de 30 minutos após a comunicação**.
- 2. Para os Serviços de Ligação a Central de Receção e Monitorização de Alarmes (LCMA): O tempo admitido para a realização da chamada de retorno à entidade adjudicante nunca poderá ser superior a 60 segundos, após a receção do sinal de alarme na central.
- 3. Para os Serviços de Ronda Móvel (RM):

a. Cumprimento de horários e Frequência de Passagem:

A colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários, locais e frequência de passagem que venham a ser definidos pela entidade adjudicante, sempre nos limites do Concelho do Porto;

b. Substituição de pessoal:

- i. Não substituir pessoal sem aprovação prévia da entidade adjudicante, salvo em casos de emergência;
- ii. Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da entidade adjudicante, **no período máximo de 30 minutos após a comunicação.**

4. Serviços Extraordinários: O **prazo máximo** admitido para a colocação no local de 1 ou 2 vigilantes, com vista a satisfazer as necessidades de segurança em caso de serviços extraordinários, é **de 30 minutos.**

5. Recursos Humanos

1. O adjudicatário, deve garantir os recursos humanos necessários para a execução operacional do contrato, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, de acordo com a legislação aplicável ao setor de atividade.
2. Os meios humanos a afetar à execução dos serviços objeto do contrato, devem ser repartidos por três categorias principais, consoante as funções a desempenhar, que sumariamente consistem em:
 - a. **Vigilantes** – a quem compete a operacionalização no terreno dos serviços objeto do contrato;
 - b. **Supervisor de operações** – a quem compete o acompanhamento/monitorização do serviço efetuado pelo vigilante no local de trabalho, zelando pela sua qualidade e pelo cumprimento dos aspetos contratualizados, bem como o reporte de ocorrências ao contraente público. O cocontratante deve afetar um supervisor de operações, **com experiência mínima de 10 anos**, ou no caso de ser uma equipa de supervisão, uma **experiência média mínima de 10 anos**, **sendo que cada elemento individual da equipa deverá possuir uma experiência mínima de 5 anos**, no desempenho de funções de supervisão de equipas de trabalho, no setor da segurança e vigilância.
 - c. **Gestor de Conta** - a quem compete o acompanhamento do contrato na sua vertente de execução financeira e operacional, bem como a prestação de todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante em relação à faturação emitida e relatório financeiro enviados.

6. Rotatividade dos Recursos Humanos

1. Deve o adjudicatário salvaguardar a rotatividade a **cada 6 meses de execução do contrato**, dos recursos humanos afetos a cada um dos locais de prestação dos serviços, assegurando que **em cada 6 meses**, os recursos humanos afetos a determinado local se alteram, salvo por motivos

devidamente sinalizados e fundamentados por parte do adjudicatário com anuência da entidade adjudicante.

2. Para efeitos do número anterior, deve ser dado conhecimento, **com uma antecedência mínima de 1 mês** face à produção de efeitos da alteração, à entidade adjudicante, da listagem com a afetação dos recursos humanos por local de prestação dos serviços objeto do contrato.

7. Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação

1. Relatório de ocorrências

- a. O relatório de ocorrências consiste na sinalização dos perigos existentes e/ou potenciais e na identificação de medidas corretivas ou preventivas que permitam repor os níveis de segurança das instalações. Serve ainda, para tratamento estatístico da informação, sinalização e análise de risco por local de incidência.
- b. O adjudicatário (através do supervisor de operações) deverá apresentar à entidade adjudicante, **relatórios de ocorrências**, com **periodicidade mensal** e com referência a cada um dos locais de execução da prestação de serviços, **até ao 8.º dia do mês seguinte a que diz respeito**.
- c. Quando o adjudicatário apresentar no seu relatório mensal alguma situação que comprometa ou possa comprometer a eficiência na prestação dos serviços a que está obrigado, deverá entregar conjuntamente com o relatório, uma proposta devidamente fundamentada, com vista a assegurar a permanente adequação dos serviços e procedimentos face à dinâmica dos objetivos específicos em matéria de segurança e vigilância;
- d. Na situação prevista no número anterior, a entidade adjudicante decidirá sobre a aceitação ou rejeição da proposta do adjudicatário, **no prazo de 15 dias**, a contar da data da receção do relatório, sendo que a decisão será comunicada por correio eletrónico para o endereço eletrónico que consta do contrato bem como para o endereço eletrónico do supervisor de operações.
- g. Para cada **ocorrência detetada**, o referido relatório deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:
 - I. Data, local e horário em que se verificou a ocorrência;
 - II. Tempo de resposta por parte do vigilante;
 - III. Medidas implementadas tendo em vista a resolução da ocorrência (ou a implementar, em casos que não possam ser resolvidos no momento, indicando o tempo necessário para a realização da intervenção);
 - IV. Indicação dos níveis de segurança após intervenção.

2. Relatório Financeiro do contrato

- a. O relatório financeiro do contrato, como o próprio nome indica, consiste na identificação dos serviços prestados e respetivo custo, e serve para acompanhar a execução financeira do contrato e confirmar os valores a pagamento em cada mês.
- b. O adjudicatário (através do gestor de conta) deverá apresentar à entidade adjudicante, **relatório financeiro do contrato**, com **periodicidade mensal** e com referência a cada um dos locais de execução da prestação de serviços, **até ao 8.º dia do mês seguinte a que diz respeito**.
- c. Do relatório financeiro, deverão constar os seguintes elementos:
 - I. Identificação do Lote a que respeita;
 - II. Locais e horários onde foi efetuada a prestação de serviço;
 - III. N.º de horas efetivamente praticadas e preço unitário para cada tipologia de serviço de segurança realizado;
 - IV. Identificação das horas extra (se aplicável).
- d. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, solicitar ao adjudicatário, esclarecimentos sobre aspetos do relatório supracitado ou indicar outros elementos que considerem pertinentes para o acompanhamento financeiro do contrato.

3. Resposta a Reclamações

Sempre que existir uma reclamação relativa ao trabalho realizado pelo adjudicatário, **este dispõe no máximo de 5 dias úteis** para a respetiva exposição escrita dos factos à entidade adjudicante e em caso de responsabilidade, deverá acompanhar a referida exposição de medidas preventivas ou corretivas, tendo em vista a resolução, ou não repetição, do problema.

4. Reuniões de Trabalho

No âmbito do presente contrato, poderão ter lugar reuniões de trabalho presenciais, em data, local e hora a definir entre as partes.

5. Meio de comunicação de reporte de informação e eventuais alterações aos relatórios

- a. Todos os documentos, nomeadamente as faturas e os relatórios devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito.
- b. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

- c. Caso existam correções/alterações a efetuar aos relatórios de ocorrências ou relatórios financeiros do contrato, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
- d. O adjudicatário dispõe de **um prazo máximo de 5 dias úteis**, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.

8. Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário deve indemnizá-la por todas as despesas que, em consequência, tenha que pagar seja por que título for.

9. Verificação dos serviços pela entidade adjudicante

A entidade adjudicante poderá verificar a qualquer momento, através de visitas aos locais, se os serviços objeto do contrato estão a ser executados de acordo com o definido no presente caderno de encargos, bem como o cumprimento de outros requisitos exigidos por lei e aplicáveis ao setor da segurança.

10. Preços unitários máximos por tipologia de serviços de segurança e respetivos ponderadores por lotes

	Preços unitários máximos/Ponderadores										Total
	ND	NN	NFD	NFN	ED	EN	EFD	EFN	LCMA	RM	
Preços unitários	8,56 €	10,22 €	11,02 €	11,02 €	8,56 €	10,22 €	11,02 €	11,02 €	136,18	9,41 €	
Lote 1	47,94%	37,90%	3,25%	1,95%	5,01%	2,99%	0,64%	0,32%	N.A	N.A	100,00%
Lote 2	54,40%	37,11%	3,29%	1,60%	2,34%	0,84%	0,30%	0,12%	N.A	N.A	100,00%
Lote 3	52,31%	41,17%	3,02%	1,81%	1,03%	0,50%	0,13%	0,03%	N.A	N.A	100,00%
Lote 4	48,13%	43,37%	3,50%	1,87%	1,92%	0,91%	0,25%	0,05%	N.A	N.A	100,00%
Lote 5	57,11%	32,93%	2,51%	1,50%	3,87%	1,38%	0,50%	0,20%	N.A	N.A	100,00%
Lote 6	35,90%	38,30%	1,84%	1,65%	14,50%	5,20%	1,86%	0,75%	N.A	N.A	100,00%
Lote 7	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	100,00%	100,00%
Lote 8	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	100,00%	N.A	100,00%

Legenda:

ND - serviço normal diurno (exclui feriados) / **NN** - serviço normal noturno (exclui feriados) / **NFD** - serviço normal diurno em dias feriados / **NFN** - serviço normal noturno em dias feriados / **ED** - serviço extra diurno (exclui feriados) / **EN** - serviço extra noturno (exclui feriados) / **EFD** - serviço extra diurno em dias feriados / **EFN** - serviço extra noturno em dias feriados / **LCMA** - Serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes e serviços associados / **RM** - Serviços de ronda móvel / **NA** - Não Aplicável.

Nota:

Por período de trabalho noturno, considera-se o que medeia entre as 21:00 horas de um dia e as 06:00 horas do dia seguinte.
O período normal de trabalho consiste em serviço realizado todos os dias do ano, exceto em dias feriado.

ANEXO II – Locais e quantidades estimadas para a prestação de serviços

A. Lote 1 – Serviços de vigilância e segurança humana - Espaços relacionados com atividade cultural e protocolar

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Biblioteca Municipal Almeida Garret	Rua Dom Manuel II - Jardins do Palácio de Cristal	6 660,75	1 691,25	315,00	189,00
Biblioteca Pública Municipal do Porto	Rua de Dom João IV (Jardim de São Lázaro)	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Casa do Infante	Rua da Alfândega, 10	3 009,50	4 738,50	315,00	189,00
Casa Museu Guerra Junqueiro	Rua de Dom Hugo, 32	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Casa Museu Marta Ortigão Sampaio	Rua Nossa Senhora de Fátima, 291	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Casa Tait e Museu Romântico	Rua de Entrequintas, 219/220	3 794,25	4 966,50	315,00	189,00
Museu do Vinho do Porto	Rua da Reboleira, 37	2 257,50	1 354,50	315,00	189,00
Museu Oficina António Carneiro	R. de António Carneiro 363	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Palacete Viscondes Balsemão	Praça Carlos Alberto	558,75	0,00	0,00	0,00

B. Lote 2 – Serviços de vigilância e segurança humana - Parques Urbanos

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Jardim das Virtudes	Rua de Azevedo de Albuquerque	5 265,00	0,00	210,00	0,00
Jardim S. Lázaro	Passeio de São Lázaro	149,00	0,00	42,00	0,00
Jardim S. Roque	Rua São Roque da Lameira	4 281,50	4 738,50	315,00	189,00
Palácio de Cristal	Rua Dom Manuel II - Jardins do Palácio de Cristal	15 795,00	9 477,00	630,00	378,00
Parque da Cidade	Estrada Interior da Circunvalação, 15443	15 795,00	9 477,00	630,00	378,00
Parque da Cidade Oriental	Avenida Francisco Xavier Esteves	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Parque da Pasteleira	Rua Diogo Botelho	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Quinta do Covelo	Rua Faria Guimarães	968,50	0,00	273,00	0,00

C. Lote 3 - Serviços de vigilância e segurança humana - Parques de estacionamento

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Carvalhido - Oficinas	Rua de Acácio Lino, 101	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Estação STCP - São Roque	Rua de São Roque da Lameira	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Parque Alfândega	Rua Nova da Alfândega	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Parque de Duque de Loulé	Rua Arnaldo Gama	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Parque do Campo Alegre	Rua do Campo Alegre (em frente ao n.º 452)	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Parque Trindade	Rua Fernandes Tomás	15 795,00	9 477,00	630,00	378,00
Parque Vilar	Rua de Abade Baçal	0,00	3 744,00	315,00	189,00
Silo Auto (4.º piso)	Rua de Gonçalo Cristóvão	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00

D. Lote 4 - Serviços de vigilância e segurança humana - Cemitérios e centro de recolha oficial de animais e viveiros

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Cemitério Agramonte	Rua da Meditação	4 513,50	4 738,50	315,00	189,00
Cemitério Prado Repouso	Largo Soares dos Reis	3 181,25	4 738,50	514,50	189,00
Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA)	Rua das Areias	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Mercado do Bolhão	Rua Formosa	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Viveiros Municipais	Rua Nova das Areias	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00

E. Lote 5 - Serviços de vigilância e segurança humana - Edifícios Administrativos

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - Ocidental	Rua dos Manjericos, 42	3 572,00	0,00	0,00	0,00
CPCJ Oriental	R. Delfim Maia, 73	4 136,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Município	Avenida dos Aliados (Palácio dos Correios)	3 630,00	0,00	0,00	0,00
Paços do Concelho	Praça General Humberto Delgado	10 905,50	4 738,50	315,00	189,00
Palácio dos Correios	Rua Guilherme da Costa Carvalho, 38	7 897,50	4 738,50	315,00	189,00
Polícia Municipal	Bairro Rainha D. Leonor, Rua 13, nº 13	3 385,50	4 738,50	315,00	189,00
Quinta de Bonjónia	Rua da Bonjónia, 185	3 385,50	3 610,50	315,00	189,00

F. Lote 6 - Serviços de vigilância e segurança humana - Restantes espaços municipais ou afetos à atividade municipal e armazéns.

ESPAÇO	MORADA	N.º de horas			
		ND	NN	NFD	NFN
Hospital Joaquim Urbano	Largo do Prof. Abel Salazar	5 659,88	4 738,50	225,75	189,00
Jantar Solidário	Largo do Prof. Abel Salazar	526,50	789,75	21,00	31,50

G. Lote 7 - Serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes (LCMA) - Tipologia de equipamentos SADI, SADIR e CCTV instalados por local

Espaços Municipais	SADI	SADIR	CCTV
Arquivo Histórico Casa do Infante	x	x	
Biblioteca Almeida Garrett	x	x	x
Biblioteca Pública Municipal do Porto	x	x	
Casa do Roseiral	x	x	
Casa Oficina António Carneiro	x	x	
Casa Tait	x	x	
Cemitério do Prado do Repouso	x	x	
Centro de Educação Ambiental - Núcleo Rural do Parque da Cidade	x	x	
Centro de Educação Ambiental - Parque da Pasteleira	x	x	
Centro de Educação Ambiental - Parque S. Roque	x	x	
Centro de Educação Ambiental – Quinta do Covelo	x	x	
CPCJ - Conj. Hab. Fontainhas	x	x	
Edifício Municipal – Direção Municipal de Finanças e Património	x		
Edifício Municipal – Direção Municipal de Recursos Humanos	x	x	
Edifício do Gabinete do Município	x	x	x
Julgados da Paz	x	x	
Museu D. Marta Ortigão Sampaio	x	x	x
Museu do Vinho do Porto	x	x	x
Museu Guerra Junqueiro	x	x	x
Museu Romântico da Quinta da Macieirinha	x	x	
Oficinas do Carvalhido	x	x	
Paços do Concelho	x	x	x
Palacete Visconde Balsemão	x	x	
Edifício Administrativo do Parque da Cidade	x	x	
Polícia Municipal	x		x
Quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros	x	x	x
Quinta do Covelo na Rua de Bolama (Serviços Municipais)	x	x	
Edifício Municipal – Direção Municipal de Educação	x	x	
Viveiro Municipal - Rua das Areias	x	x	
Parque de estacionamento Caminhos do Romântico	x		x
Edifício da Proteção Civil e Parque de estacionamento da Viela do Anjo	x	x	x
Edifícios da Quinta da Bonjónia	x	x	x

Edifício de Antero de Quental	x		
Edifício da Cidade das Profissões	x	x	
Reservas Municipais (Museu da indústria)	x alarme do prédio	x alarme do prédio	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Central e Oriental	x	x	x
Centro de Gestão Integrada	x	x	
Arqueossítio	x		
Capela das Verdades	x	x	
Espaço Entre Quintas	x	x	

Legenda: **SADI** – Sistema Automático de Detecção de Incêndios / **SADIR** – Sistema Automático de Detecção de Intrusão / **CCTV** - Circuito fechado de vigilância com utilização de monitores e televisão.

H. Quadro resumo com as quantidades estimadas por lotes e por tipologia de serviços:

	Descrição / Quantidades estimadas (horas/mês)									RM
	ND	NN	NFD	NFN	ED	EN	EFD	EFN	LCMA (em meses)	
Lote 1	47 870,75	31 704,75	2 520,00	1 512,00	5 000,00	2 500,00	500,00	250,00		
Lote 2	58 049,00	33 169,50	2 730,00	1 323,00	2 500,00	750,00	250,00	100,00		
Lote 3	63 180,00	41 652,00	2 835,00	1 701,00	1 250,00	500,00	125,00	25,00		
Lote 4	31 387,25	23 692,50	1 774,50	945,00	1 250,00	500,00	125,00	25,00		
Lote 5	36 912,00	17 826,00	1 260,00	756,00	2 500,00	750,00	250,00	100,00		
Lote 6	6 186,38	5 528,25	246,75	220,50	2 500,00	750,00	250,00	100,00		
Lote 7									18,00	
Lote 8										13 140,00
Lote combinado	243.585,38	153.573,00	113.66,25	6.457,50	15.000,00	5.750,00	1.500,00	600,00	18,00	13.140,00

Legenda:

ND - serviço normal diurno (exclui feriados) / **NN** - serviço normal noturno (exclui feriados) / **NFD** - serviço normal diurno em dias feriados / **NFN** - serviço normal noturno em dias feriados / **ED** - serviço extra diurno (exclui feriados) / **EN** - serviço extra noturno (exclui feriados) / **EFD** - serviço extra diurno em dias feriados / **EFN** - serviço extra noturno em dias feriados / **LCMA** - Serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes e serviços associados / **RM** - Serviços de ronda móvel